MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – PODER LEGISLATIVO CÂMARA DE VEREADORES RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF - Anexo I (LRF, art.55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	123.512.449,80	259.861,91	
Pessoal Ativo	111.315.091,92		
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.331.191,00	-	
Outras Despesas de Pessoal Dec. de Contr.Terc(§1º art.18 da LRF)	1.866.166,88	253.093,95	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) (II)	1.542.181,64	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.542.181,64	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	121.970.268,16	259.861,91	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		122.230.130,07	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	7.402.546.140,20	
% DO DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,65%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <6%>	444.152.768,41	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <5,7%>	421.945.129,99	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <5,4%)	399.737.491,57	

Fonte: SECCOC

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, no termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Adalberto João Patrocino Diretor de Administração e Finanças Wagner Benício Gomes Auditor Leonardo Silveira de Castro Pires Presidente

Wellington Gonçalves de Magalhães 1º Vice-Presidente Orlei Pereira da Silva 2º Vice-Presidente Leonardo José de Mattos Secretário-Geral

Vilmo Ferreira Gomes 1º Secretário Verenildo dos Santos 2º Secretário